

Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças,

Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias,

Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto,

Senhoras e senhores Deputados,

Introdução

Começo por sublinhar que, como alguns saberão, esta é a minha casa há mais de 20 anos e estou certa de que o facto de agora estar deste lado da tribuna, em nada altera as ótimas relações que fomos construindo ao longo dos anos, pelas convergências e pelas divergências. Com certeza discordaremos, aqui e ali, nas opções que tomamos, no futuro que ambicionamos para o país, mas temos chão comum: por um lado, o respeito pela casa da democracia e, por outro, o respeito pelos factos. É neste chão comum que estamos e estaremos disponíveis para responder aos Senhores Deputados e aos eleitores sobre a nossa área governativa.

Esta equipa está aqui, na audição na especialidade do Orçamento do Estado para 2022, para responder pelas áreas das Migrações e Igualdade e da Juventude e Desporto, áreas transversais a toda a sociedade.

Este é um Orçamento do Estado responsável, que defende o País do contexto de incerteza e de instabilidade internacional, protegendo os portugueses através da redução da dívida e do investimento em serviços públicos de qualidade. Este é um orçamento ajustado à nova e difícil conjuntura, mas que não se limita a dar resposta — fundamental, essencial — aos problemas imediatos que os portugueses enfrentam no dia a dia. Este Orçamento, repito, não promete futuros ilusórios, mas também não deixa que se eternizem problemas desnecessários nem foge da responsabilidade de resolver as dificuldades estruturais da economia portuguesa, evitando que estes problemas e dificuldades continuem a pender sobre nós enquanto ameaças constantes, assegurando assim a médio-prazo a capacidade do Estado em oferecer cada vez mais e melhores serviços e a ajudar a quem mais precisa. A única certeza que temos hoje é a incerteza em que vivemos e que viveremos nos tempos mais próximos e, face a isto, o melhor caminho a tomar passa pela consolidação de um estado sólido, eficaz e capacitado para lidar e enfrentar a incerteza.

MAAP

Olhando agora em específico para a nossa área governativa, o Governo identificou cinco prioridades:

1. Reforçar o **diálogo com os partidos representados na Assembleia da República** e a cooperação institucional entre órgãos de soberania, com o objetivo de melhorar a qualidade da legislação e garantir o seu cumprimento.
2. Consolidar políticas públicas que garantam a **plena integração dos cidadãos imigrantes e dos refugiados**, através de uma abordagem de proximidade que promova a igualdade de oportunidades e reconheça o seu papel no desenvolvimento económico, social e cultural do país, nomeadamente através da criação da **Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo**.
3. Avançar com a implementação do primeiro **Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação** do país, e com os novos planos de ação da estratégia «Portugal + Igual», reforçando ao mesmo tempo as políticas que promovem a igualdade e a não discriminação pelo combate aos preconceitos e às práticas discriminatórias.

4. Intensificar os esforços na prevenção e no combate à **violência contra as mulheres e a violência doméstica**, através do fortalecimento das medidas de proteção às vítimas, as estruturas de atendimento e acolhimento, incluindo o reforço psicológico, mas também os apoios à autonomização das vítimas.
5. Prosseguir a afirmação do **desporto português** a nível internacional e elevar os níveis de atividade física da população, reforçando o Desporto Escolar e consolidando a coesão social, a inclusão e a igualdade de oportunidades no acesso ao desporto. Já através do Plano Nacional para a Juventude, procurar-se-á dar continuidade ao trabalho intersectorial na área da juventude, e potenciar a emancipação económica e o desenvolvimento de projetos de vida das gerações jovens, fortalecendo também a cultura democrática, através do incentivo aos mais jovens à participação cívica em diferentes contextos.

Olhando em maior detalhe para a forma como estas prioridades se traduzem no OE2022, destaco, e

citando apenas alguns exemplos, o aumento do orçamento do ACM em 6% (total:19,401 milhões), o crescimento em 12% da dotação para a CIG (total:7,538 milhões de euros), quase tanto como a subida prevista para o orçamento do IPDJ (total: 10,136 milhões de euros), sendo também digno de destacar a subida em 40% do orçamento da Autoridade AntiDopagem.

Medidas específicas

Em particular, gostaria de referir quatro medidas, pelo seu valor emblemático:

- **Na área das Migrações**, saliento que irá esta semana para auscultação pelos parceiros sociais, a portaria que alargará aos deslocados da Ucrânia e a outros destinatários o acesso a aulas de português. Esta medida insere-se no importante reforço da promoção da aprendizagem da língua portuguesa através de um programa específico para refugiados, um passo essencial para apoiar à sua integração e autonomia, seja na escola, no mercado de trabalho ou no dia-a-dia. Quero frisar que esta medida não é exclusiva para os deslocados da Ucrânia – porque as políticas de

acolhimento e integração são, sempre, o mais abrangentes possível.

- **Na área da Igualdade**, estamos particularmente atentos ao facto de este ser um problema estrutural das nossas sociedades que é, hoje, agravado pela conjuntura de crise global que atravessamos. Assim, o reforço dos apoios à autonomização das vítimas de violência doméstica, como a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, mas também das respostas psicológicas e psicoterapêuticas disponíveis para as vítimas, incluindo a crianças e jovens, é uma prioridade do Orçamento, visível, aliás, no aumento do orçamento da CIG que atrás mencionei. Ainda na área de igualdade, gostava de salientar que este Governo não a encara como uma questão de nicho, ou circunscrita a alguma área, mas antes como uma necessidade transversal a todas as áreas e a todo o país. Nesse pressuposto, os impactos das medidas de política pública nesta área serão avaliadas com base numa monitorização regular de indicadores de igualdade.

- **Já na área da Juventude**, em pleno Ano Europeu da Juventude, destaco a implementação do Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil, construído com e para os jovens. Tal como o nome indica, este plano ambiciona incentivar a participação dos jovens em associações juvenis, já que, ao fazê-lo, os jovens estarão a participar numa importante escola de cidadania, onde terão a oportunidade para desenvolver competências de decisão e de gestão. Pretendemos apostar neste plano no ensino secundário, mas também no ensino básico.
- **Quanto ao Desporto**, saliento que esta área é muito mais do que aquilo que se vê nos campos ou nas pistas e, aqui, as nossas áreas prioritárias de intervenção passam pela promoção da integridade desportiva, a luta por uma maior igualdade de género e o combate às mais diversas formas de violência no desporto. A integração do Laboratório de Análises de Dopagem no Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge veio reforçar o longo historial do nosso país na luta contra a dopagem. Mas a defesa da integridade desportiva passa também pelo combate à

manipulação de resultados e pelo combate à violência, área onde pretendemos rever a segurança de recintos desportivos e implementar novas medidas sancionatórias. Além disso, e como antes aponte, este Governo não encara a igualdade como uma questão de nicho, pelo que também no desporto esta é uma área de ação prioritária: Portugal continua hoje com baixos índices de mulheres em cargos de destaque no desporto e estamos empenhados em atingir os índices médios registados na UE até 2030, contando para isso com o envolvimento de todos os agentes desportivos.

Ucrânia

Este Orçamento do Estado foi desenhado consciente das circunstâncias em que vive a Europa e Portugal, procurando defender o País do contexto de incerteza e de instabilidade internacional.

No acolhimento dos deslocados da Ucrânia, permitam-me destacar o esforço e a dedicação da nossa administração pública e o trabalho muitas vezes invisível dos seus vários serviços e que tornou possível a atribuição de NIF, NISS e número de utente de saúde de forma muito célere, sendo também de louvar o

número de matrículas na escola e a facilitação do acesso ao Ensino Superior. Obrigado a todos eles.

Portugal e a Europa enfrentaram nos últimos meses um fluxo de deslocados nunca visto tanto em escala como no tempo em que se teve para preparar o acolhimento e respetiva resposta. Estou certa que algumas das vossas questões serão focadas no que correu menos bem, pelo que aproveito este momento para enaltecer o que correu bem e que, felizmente, é válido para a grande maioria dos casos de quem nos procurou para atravessar este momento trágico do seu país e da sua vida.

Até à data, o nosso país registou mais de 35 mil pedidos de proteção temporária de pessoas oriundas da Ucrânia, dos quais mais de 30% são menores. Mais de 4.100 crianças já foram matriculadas nas escolas portuguesas, ao mesmo tempo que mais de 9.000 ucranianos se inscreveram no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Hoje, podemos dizer que já foram atribuídos mais de 32 mil números de contribuinte (NIF) e 35 mil números de segurança social (NISS) às pessoas que chegaram ao nosso país desde o início da guerra na Ucrânia. A capacidade de adaptação e de reação do Estado nas suas mais

diferentes ramificações, mas também a mobilização do setor privado, e a forma como todo o país abriu os braços para oferecer um porto seguro a tantos milhares de pessoas é algo que, estou certa, passada a espuma dos dias, será motivo de orgulho para todos nós.

A alteração de procedimentos com que avançámos para responder de forma rápida à necessidade de recebermos e acolhermos todos estes milhares de pessoas foi, sem dúvida, um passo histórico que, agora, deve-se aproveitar para prosseguir com a simplificação do acesso de imigrantes e refugiados aos nossos serviços públicos.

APMA

No mesmo sentido, o Governo definiu como prioridade mudar a forma como a Administração Pública se relaciona com os imigrantes, simplificando os procedimentos de renovação dos títulos de residência em Portugal e concretizando a reforma do SEF.

Os imigrantes devem ser vistos como alguém que procura não só melhores oportunidades de vida, como o sentimento de integração e de pertença, e a capacidade de dar o seu contributo ao país que o acolheu, e que, verificados os condicionalismos legais,

podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento do país. Separar a componente administrativa da componente policial garante que o primeiro impacto de quem nos procura não passe pelo entendimento de que pende uma qualquer suspeição sobre si, só porque imigra ou pretende imigrar.

Assim, estamos a trabalhar na criação da Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo que concretiza a separação orgânica, e por isso clara, entre as funções policiais e as funções administrativas de autorização e documentação de imigrantes.

Esta Agência terá natureza de Instituto Público, terá autonomia administrativa e financeira e ficará sobre a tutela desta área governativa, enquanto as funções policiais se encontrarão sob a tutela do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Justiça.

O cidadão estrangeiro que pretenda viver em Portugal, independentemente do seu país de origem, passará a tratar do seu processo administrativo (autorizações de residência temporária ou permanente, passaportes, ...) junto de uma entidade com natureza exclusivamente administrativa.

A lógica subjacente ao diploma que estamos a construir passa também por garantir que um cidadão

português e um cidadão estrangeiro, com autorização de residência ou estatuto de refugiado, podem relacionar-se com o Estado junto das mesmas entidades, evitando-se a leitura que há um Estado para uns e um Estado para outros.

Acredito de facto que um país é tão mais civilizado quanto melhor integra os seus imigrantes.

É assim, através do tratamento por igual de todos, independente do seu país de origem, que se garante a saudável integração dos migrantes, que se fomenta que todas as crianças vão à escola, que todos têm acesso à saúde, à habitação, ao trabalho, que todos se sentem parte do país.

É assim, creio, que se combate a discriminação e a ostracização, que se luta contra o discurso do ódio, da divisão e do ‘nós contra eles’, e que se constrói uma sociedade rica e plural.

Aliás, a construção de uma sociedade mais rica, mais plural, mais inclusiva e mais democrática, é o objetivo comum não só de todas as áreas tuteladas por este ministério, como o é do Governo como um todo.

Da nossa parte, esse é o objetivo que nos orientará tanto aqui, no Parlamento, através do escrutínio e do

debate de ideias, como a prioridade de todas as nossas medidas de combate às desigualdades, à violência doméstica e ao racismo, e de todas as políticas de promoção da participação democrática.

Obrigada!